

JUCEB

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA COLUMBIA DO NORDESTE S.A.

entre

COLUMBIA DO NORDESTE S.A.
na qualidade de Emissora,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na qualidade de Agente Fiduciário representando a comunhão dos interesses dos Debenturistas

e

ABILITY PROGRESSO E COLUMBIA PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA.,
COLUMBIA S.A.,
CIA PROGRESSO E UNIÃO FABRIL DA BAHIA, e
ABILITY SERVIÇOS DE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA.
na qualidade de Fiadoras

28 de maio de 2015



JUCEB

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA COLUMBIA DO NORDESTE S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

COLUMBIA DO NORDESTE S.A., sociedade por ações com registro de capital fechado, com sede na Cidade de Simões Filho, Estado da Bahia, na ACS B, nº 552, Quadra 3, Lotes de 01 a 11, CIA/SUL, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.332.013/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de debenturistas ("Debenturistas") adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de fiadoras,

ABILITY PROGRESSO E COLUMBIA PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, com sede com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Pedro Rodrigues Bandeira, nº 143, Edifício das Seguradoras, 1º andar, Bairro Comércio, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.350.868/0001-47, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Ability");

COLUMBIA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Pasadena, nº 104, Condomínio San José, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.544.197/0001-92, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Columbia São Paulo");

CIA PROGRESSO E UNIÃO FABRIL DA BAHIA, sociedade por ações, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Estados Unidos, nº 376, 6º andar, sl. 601 - Edifício



JUCEB

União, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.120.454/0001-73, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Cia Progresso");

ABILITY SERVIÇOS DE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Pedro Rodrigues Bandeira, nº 143, Edifício das Seguradoras, 1º andar, Bairro Comércio, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.196.821/0001-45, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Ability Serviços") e, em conjunto com a Ability, Columbia São Paulo e a Cia Progresso, as "Fiadoras";

sendo a Emissora, as Fiadoras e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente *Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Columbia do Nordeste S.A. ("Escritura")*, mediante as seguintes cláusulas e condições:

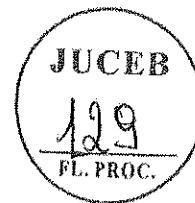
CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização para a Emissão

1.1.1 A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 28 de maio de 2015 ("AGE"), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), na qual foram deliberadas a aprovação da Emissão (conforme definida abaixo), bem como seus termos e condições.

1.2. Autorização para as Garantias

1.2.1. As garantias fidejussórias outorgadas pelas Fiadoras, no âmbito da Emissão, foram concedidas com base nas deliberações tomadas na: (i) reunião de sócios da Ability, realizada em 28 de maio de 2015 ("RS da Ability"); (ii) reunião de sócios da Ability Serviços, realizada em 28 de maio de 2015 ("RS da Ability Serviços"); (iii) reunião do conselho de administração da Columbia São Paulo, realizada em 28 de maio de 2015 ("RCA da Columbia São Paulo"), e (iv) reunião de diretoria da Cia Progresso, realizada em 28 de maio de 2015 ("RD da Cia Progresso").



JUCEB

1.2.2. A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios foi aprovada por meio da reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 28 de maio de 2015 ("RCA Emissora").

1.2.3. A Alienação Fiduciária do Imóvel (conforme definida abaixo) é concedida com base nas deliberações tomadas na Reunião Conselho de Administração da Columbia Cefrinor – Centrais de Armazenamento e Distribuição do Nordeste S.A. ("Columbia Cefrinor"), realizada em 28 de maio de 2015.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória a ser convolada em espécie com garantia real e fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures") para distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM 476"), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), pela Emissora ("Emissão" ou "Oferta") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM / Registro na ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, não estando, portanto, sujeita a registro perante a CVM previamente a sua distribuição.

2.1.2. A Emissão será registrada na Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA ("ANBIMA") exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §1º, inciso I e §2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" vigente desde 3 de fevereiro de 2014. Entretanto, o cumprimento da obrigação fica condicionado à expedição de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código, até o encerramento da Emissão.

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE e demais atos societários

2.2.1 As atas da AGE e da RCA Emissora serão arquivadas na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") e publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal "Tribuna da Bahia", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.



JUCEB

2.2.1 A ata da RS da Ability e da RS da Ability Serviços serão arquivadas na JUCEB, a ata da RCA da Columbia São Paulo será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Empresas & Negócios" e a ata da RD da Cia Progresso será arquivada na JUCEB.

2.3. Inscrição da Escritura e eventuais aditamentos na JUCEB

2.3.1. Esta Escritura, eventuais aditamentos ("Aditamentos") e eventuais atas de Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme definido na Cláusula IX) serão arquivados na JUCEB, para cumprimento do disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser entregue 01 (uma) via original da Escritura, Aditamentos e eventuais atas de Assembleias Gerais de Debenturistas ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias contados da data do efetivo arquivamento.

2.3.1.1. Todos os custos relativos ao arquivamento de documentos relativos às Debêntures na JUCEB serão arcados pela Emissora, exclusivamente.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas (i) entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo); e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados da data de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme definido abaixo), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ainda ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações descritas no artigo 17 da Instrução CVM 476 e respeitadas as demais disposições legais aplicáveis.

JUCEB



2.5. Constituição e Registro das Garantias

2.5.1 As Garantias definidas e descritas no item 4.15 adiante serão constituídas, conforme prazos previstos nos itens 4.15.2.1, 4.15.3.1 e 4.15.4.1 abaixo, mediante (i) o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, conforme definido abaixo, perante o 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas, Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas de Simões Filho – Bahia; (ii) em função da garantia fidejussória prestada pelas Fiadoras, a presente Escritura, após ser registrada na JUCEB, deverá ser levada a registro, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos: (a) da Cidade de Salvador, Estado da Bahia; (b) da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (c) na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (d) da Cidade de Cotia, Estado de São Paulo e (e) Cidade de Simões Filho, Estado da Bahia, na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada; e (iii) o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, conforme definido abaixo, perante o Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (a.1) da Cidade de Simões Filho, Estado da Bahia e (a.2) da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

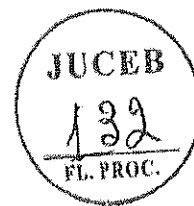
2.5.1.1. Caso a Emissora não providencie os registros previstos no item 2.5.1 acima dentro dos prazos previstos nos itens 4.15.2.1, 4.15.3.1 e 4.15.4.1, abaixo, o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com todos os respectivos custos e despesas de tais registros. A eventual realização do registro pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, nos termos desta Escritura.

2.5.1.2. Todos os custos com registros referidos no item 2.5.1 acima serão arcados pela Emissora, exclusivamente.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o artigo 3º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem como objeto social a prestação de serviços públicos de movimentação, armazenagem de mercadorias e serviços conexos e complementares, na Estação Aduaneira Interior – EADI/Salvador.



JUCEB

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

3.4. Número de Séries

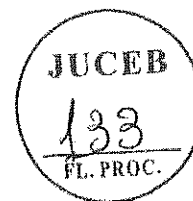
3.4.1. As Debêntures serão emitidas em série única.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição.

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação para a integralidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição, sob o Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, de Emissão da Columbia do Nordeste S.A." ("Contrato de Colocação").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar até, no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para os fins da Oferta descrita na presente Escritura (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no subitem "(iv)" do item 3.5.2.4 abaixo deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como



JUCEB

um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o §1º do artigo 3º da Instrução CVM 476.

- 3.5.2.2. A Emissora e o Coordenador Líder comprometeram-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.
- 3.5.2.3. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o Dia Útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.
- 3.5.2.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados").
- 3.5.2.5. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures. Serão atendidos os clientes da instituição financeira do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder, desde que tais investidores sejam considerados qualificados e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

8



3.5.2.6. O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

3.5.2.7. Cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e estar ciente, especialmente, mas não limitadamente, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de envio de informações para base dados; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures e da Emissora, bem como sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias.

3.5.2.8. A colocação das Debêntures será realizada a partir da data em que todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Colocação, bem como as demais condições decorrentes da Instrução CVM 476 forem implementadas, a critério do Coordenador Líder ("Data de Início da Distribuição"), observado o disposto nos artigos 7-A e § 2º do artigo 8º da Instrução CVM 476 e no Contrato de Colocação.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da Emissão e o escriturador mandatário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A, instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário.

3.6.2. A substituição do Banco Liquidante e/ou do Escriturador Mandatário deverá ser previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

3.6.3. As remunerações do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário pelos serviços prestados para a presente Emissão serão arcadas exclusivamente pela Emissora.



JUCEB

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

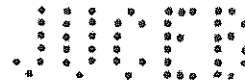
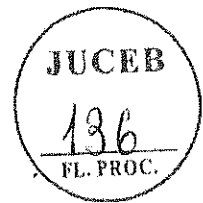
4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será o dia 29 de maio de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória. Após o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, nos termos dos itens 4.15.2.1 e 4.15.3.1 adiante, as Debêntures serão automaticamente convoladas na espécie com garantia real, sem que haja a necessidade de aditamento à presente Escritura para a devida formalização de tais garantias.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 120 (cento e vinte) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo em 29 de maio de 2025 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, pelo Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido no item 4.1.5 desta Escritura), acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida) de que trata o item 4.2 abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida Remuneração, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total e Vencimento Antecipado previstas, respectivamente, nas Cláusulas V e VI da presente Escritura.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"), devendo ser observado o disposto no item 3.5.2.1.



4.1.6. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 250 (duzentos e cinquenta) Debêntures, totalizando R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

4.2. Atualização e Remuneração

4.2.1. As Debêntures não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente.

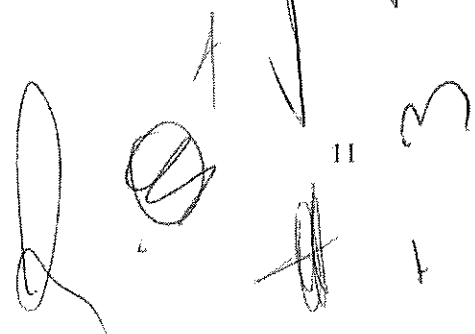
4.2.2. As Debêntures farão jus a uma remuneração a ser paga mensalmente, com o primeiro pagamento em 29 de junho de 2015 e o último na Data de Vencimento, que contemplará juros remuneratórios, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, desde a data da primeira subscrição ("Data de Subscrição"), até a data do seu efetivo pagamento. As Debêntures renderão juros correspondentes a um percentual de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Subscrição, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula definida no item 4.2.2.4. abaixo.

4.2.2.1. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, conforme item 4.4 abaixo, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização").

4.2.2.2. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.2.2.3. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.2.2.4. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:





JUCEB

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

Onde:

J = Valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Onde:

n = número total de Taxas DI, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

JUCEB

Onde:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;

DI_k = Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DI_{100}}{360}} \right] \right\}$$

Onde:

$\text{spread} = 4,5000$;

DUP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição ou Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido adiante) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data do cálculo, sendo "DUP" um número inteiro.

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.



JUCEB

- 4.2.2.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.
- 4.2.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.
- 4.2.2.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 05 (cinco) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures em vigor), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a última Taxa DI divulgada.
- 4.2.2.8. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.
- 4.2.2.9. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente



cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a última Taxa DI divulgada.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizado em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado e Resgate Antecipado Facultativo Total, sendo que o primeiro pagamento de amortização das Debêntures ocorrerá em 29 de junho de 2015 e a última na Data de Vencimento. Cada parcela de amortização corresponderá a 0,8333% do Valor Nominal das Debêntures, sendo certo que a última parcela de amortização das Debêntures necessariamente compreenderá a integralidade do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures na data de seu pagamento.

4.3.2. Exceto pela última parcela de amortização das Debêntures, que compreenderá a integralidade do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, o cálculo das parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$AM_i = VN \times TA_i$$

Onde:

AM_i: valor unitário da i-ésima parcela de amortização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

i: cada mês em que será paga a amortização, sendo um número inteiro entre 1 (um) e 120 (cento e vinte);

VN: Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

TA_i: taxa definida para a i-ésima amortização, equivalente a 0,8333%.



JUCEB

4.4. Pagamento da Remuneração

4.4.1. O pagamento da Remuneração relativa às Debêntures será realizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido no dia 29 de junho de 2015 e assim sucessivamente até o último pagamento da Remuneração, que ocorrerá na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado, Amortização Extraordinária Parcial e Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.5. Local de Pagamento

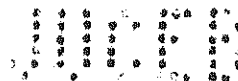
4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures, para as Debêntures que não estejam depositadas em custódia eletrônica vinculada à CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração das Debêntures pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, ficarão sujeitos a multa moratória de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").



4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.7.1. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.9.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.10. Repactuação Programada

4.10.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal "Tribuna da Bahia", bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet (www.columbia.com.br), conforme estabelecido no artigo 289 da Lei de Sociedades por Ações, observando o disposto da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") bem como as limitações impostas pela Instrução CVM 476, sendo que cópia de referido ato ou decisão também deverá ser encaminhado ao Agente Fiduciário e a CETIP, em até 01 (um) Dia Útil de sua publicação. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.12.1. A Emissora não emitirá cautelares ou certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das



Debêntures, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.13. Liquidez e Estabilização

4.13.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.14. Imunidade de Debenturistas

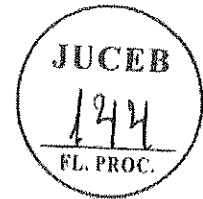
4.14.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.15. Garantias

4.15.1. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais ou acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora no âmbito desta Escritura, especialmente o pagamento integral e pontual das Debêntures, do valor total da Emissão acrescido da Remuneração das Debêntures, Encargos Moratórios, juros compensatórios e moratórios, e incluindo, mas não se limitando à comissões, multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais e medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário e outras despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos titulares das Debêntures ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures contam com as seguintes garantias reais e com a seguinte garantia fidejussória (em conjunto, "Garantias").

4.15.2. **Alienação Fiduciária de Imóvel:** Alienação fiduciária de imóvel de propriedade da Columbia Cefrinor, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"), celebrado entre a Columbia Cefrinor, o Agente Fiduciário e, como interveniente anuente, a Emissora, por meio do qual a Columbia Cefrinor celebrou Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel para alienar e transferir, em favor do Agente Fiduciário, representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta do imóvel localizado no Município de Simões

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



JUCEB

Filho, Estado da Bahia, na Via Urbana – Setor de Serviços e Facilidades Industriais, Quadra 1 do Centro Industrial de Aratú, objeto da matrícula nº 217 (“Imóvel”), registrada no 1ºOfício de Registro de Imóveis e Hipotecas, Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas de Simões Filho – Bahia, sendo certo que tal garantia inclui, ainda, as indenizações decorrentes de desapropriação e sinistros pagos pelas seguradoras, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel (“Alienação Fiduciária de Imóvel”).

4.15.2.1. O registro da Alienação Fiduciária do Imóvel deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da Data de Emissão, prorrogáveis automaticamente por mais 30 (trinta) dias corridos, caso a Columbia Cefrinor esteja cumprindo tempestivamente as exigências do cartório.

4.15.3. **Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios:** A cessão fiduciária de direitos creditórios de propriedade da Emissora, nos termos do Instrumento Particular de Administração de Contas e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Decorrentes de Aplicações Financeiras (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”), celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio do qual a Emissora cedeu e transferiu, em favor do Agente Fiduciário, representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de aplicações financeiras, bem como da conta vinculada, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em garantia das Debêntures, no montante mínimo correspondente a 02 (duas) parcelas projetadas de pagamentos de Remuneração e Valor Nominal Unitário das Debêntures, observados os critérios de cálculo estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, bem como os direitos da conta vinculada na qual os direitos creditórios serão depositados (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”).

4.15.3.1. A Emissora deverá: (i) dentro de 05 (cinco) dias, contados da data de celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, ou qualquer aditamento devidamente assinado pelo Agente Fiduciário, levar o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e seus anexos ou qualquer aditamento a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Simões Filho, Estado da Bahia e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (ii) dentro de 05 (cinco) dias, contados da data do registro mencionado no item anterior, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário comprovação do devido registro em forma definitiva, entregando-lhe uma via original do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ou de seus eventuais aditamentos devidamente registrados. Fica desde já pactuado que o prazo máximo para a realização do registro mencionado neste item será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da Data de Emissão, prorrogáveis automaticamente por mais

19



JUCEB

30 (trinta) dias corridos, caso a Emissora esteja cumprindo tempestivamente as exigências do cartório.

4.15.3.2. Os registros a que se refere o item 4.15.3.1 acima serão realizados às expensas da Emissora, exclusivamente.

4.15.3.3. Uma vez realizados os registros a que se refere o item 4.15.3.1 acima, as Debêntures serão automaticamente convoladas na espécie com garantia real, sem que haja a necessidade de aditamento à Escritura para tanto.

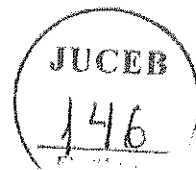
4.15.4. **Fiança:** As Fiadoras, por meio desta Escritura, obrigam-se e declaram-se, em caráter irrevogável e irretratável, e de forma solidária entre si, perante o Agente Fiduciário, representante dos Debenturistas, como fiadoras, principais pagadoras e solidariamente responsáveis, na forma do artigo 275 e seguintes, bem como do artigo 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, e nos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), sub-rogando-se pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas ("Fiança").

4.15.4.1 Em função da Fiança, a presente Escritura, após ser registrada na JUCEB e anteriormente à Data de Subscrição, deverá ser levada a registro, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos previstos no item 2.5.1 no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da expedição pela JUCEB desta Escritura registrada e/ou dos seus respectivos Aditamentos registrados. A Emissora obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário cópias desta Escritura e seus Aditamentos registrada na JUCEB e nos respectivos cartórios mencionados acima.

4.15.4.2 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.15.4.3. A Fiança é prestada pelas Fiadoras, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, das Obrigações Garantidas.

4.15.4.4. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de



JUCEB

insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

- 4.15.4.5. A Fiança será paga pelas Fiadoras no prazo máximo de 02 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitações, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.
- 4.15.4.6. O pagamento citado na Clausula 4.15.4.5. acima deverá ser realizado pelas Fiadoras fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.
- 4.15.4.7. As Fiadoras desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora, por qualquer valor honrado por qualquer uma das Fiadoras nos termos da Fiança, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.
- 4.15.4.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.
- 4.15.4.9. A Fiança é adicional e independente de qualquer outra fiança ou qualquer outra garantia adicional que eventualmente tenha sido entregue ou constituída em favor dos Debenturistas para garantir as Obrigações Garantidas, sendo facultado aos Debenturistas exigir o pagamento de qualquer das Obrigações Garantidas que vierem a ser inadimplidas pela Emissora tanto desta quanto das Fiadoras ou de qualquer outro fiador ou garantidor, ou de todos os fiadores ou garantidores das Obrigações Garantidas.
- 4.15.4.10. As Fiadoras reconhecem que qualquer cessão, negociação ou transferência dos direitos dos Debenturistas decorrentes das Debêntures não afetará as obrigações



JUCEB

assumidas pelas Fiadoras no âmbito da Fiança, independentemente de qualquer medida ou notificação de transferência de direitos por parte do debenturista cedente.

4.15.4.11. As Fiadoras declaram que possuem patrimônio líquido suficiente para garantir a integralidade das Obrigações Garantidas.

4.16. Classificação de Risco

4.16.1. A Emissora contratou como a agência de risco de classificação da Oferta a *Liberum Ratings*.

CLÁUSULA V RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Parcial

5.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento a partir Data de Subscrição, inclusive, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), ou a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária Parcial").

5.1.2. O valor a ser pago aos Debenturistas em razão do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Parcial deverá ser equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado ou da parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Subscrição ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso; (ii) dos Encargos Moratórios, caso aplicável, e demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate ou amortização; e (iii) de prêmio equivalente ao fator resultante da fórmula " $3,8\%$ (três inteiros e oitenta centésimos por cento) x (nº de dias corridos entre a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Parcial e a Data de Vencimento ÷ 3.653)", incidente sobre o valor total do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Parcial (já incluídos os acréscimos indicados nos itens "(i)" e "(ii)" ("Prêmio").

5.1.3. O Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou a Amortização Extraordinária Parcial deverão ser precedidos de notificação por escrito aos Debenturistas, com cópia ao Agente



JUCEB

Fiduciário e à CETIP ou a critério da Companhia, publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.11 acima, com antecedência mínima de 05 (cinco) Dias Úteis da realização do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou da Amortização Extraordinária Parcial ("Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Parcial"). A Notificação de Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Parcial deverá conter: (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Parcial; (ii) o valor do Prêmio a ser pago pela Emissora, conforme tabela descrita no item 5.1.2. acima; (iii) o valor do pagamento devido aos Debenturistas; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Parcial.

5.1.4. O pagamento das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária Parcial será feito pela Emissora, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Escriturador Mandatário.

5.1.5. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas. Não será admitida a realização de resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.

5.1.6. A realização da Amortização Extraordinária Parcial deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.2. Aquisição Facultativa

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e observados os prazos previstos na Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observados os termos da Instrução CVM 476 e demais regulamentações aplicáveis, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 5.2.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

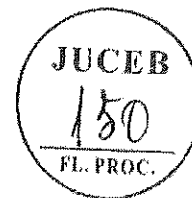
JUCEB

CLÁUSULA VI
VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observados os procedimentos descritos nos itens 6.2 e 6.3 adiante, as Debêntures e todas as obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão deverão ou poderão, conforme o caso, ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, pelo Agente Fiduciário, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo (cada um desses eventos, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- (a) provarem-se falsas ou enganosas, ou ainda incorretas, quaisquer das declarações ou Garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras no âmbito da Emissão;
- (b) não pagamento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, nas respectivas datas de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures;
- (c) falta de cumprimento pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou pela Columbia Cefrinor, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, ou nos demais instrumentos relacionados à Emissão, não sanadas no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que o prazo de cura mencionado neste item não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura, ou nos demais instrumentos relacionados à Emissão;
- (d) decretação de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, das Fiadoras e/ ou de quaisquer de suas respectivas controladoras, quer seja direta ou indiretamente, e/ou sociedades controladas, inclusive no exterior (conjuntamente, "Afiliações"), em valor individual ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para a Emissora ou R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para as Fiadoras e Afiliações, ou equivalente em outras moedas;
- (e) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora e o pelas Fiadoras, em valor individual ou agregado, superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para a Emissora ou R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para as Fiadoras;
- (f) redução do capital social da Emissora, sem aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em

JUCEB



assembleia específica de que trata o artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;

- (g) distribuição, pela Emissora, de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer valor devido aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) ocorrência de qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações ou cotas do capital social da Emissora e/ou das Fiadoras, em qualquer operação isolada ou série de operações para fora de seu grupo econômico, que resultem na exclusão dos acionistas atuais do bloco de controle direto ou indireto da Emissora, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (i) operações de cisão, fusão, incorporação de sociedades, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou das Fiadoras, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica de que trata o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (j) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora, as Fiadoras e/ou as Afiliadas, com valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para a Emissora ou R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para as Fiadoras, ou equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário: (i) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) que o protesto foi cancelado; ou ainda, (iii) que foram prestadas garantias e aceitas em juízo;
- (k) não cumprimento pela Emissora de uma ou mais decisões arbitrais finais ou judiciais de natureza condenatória transitadas em julgado contra a Emissora, as Fiadoras e/ou as Afiliadas, para a qual não tenha sido feita provisão para pagamento até a Data de Emissão, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para a Emissora ou R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para as Fiadoras e Afiliadas;

25



JUCEB

- (l) transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, de forma que afete substancialmente e de forma adversa, a critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures, e/ou a realização, pela Emissora, de operações fora de seu objeto social, ou ainda de quaisquer negócios em desacordo com seu Estatuto Social;
- (n) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas em relação às Debêntures nos termos desta Escritura, sem prévia autorização de pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (o) decretação de falência da Emissora, das Fiadoras e/ ou das Afiliadas ; (b) pedido de falência pela Emissora e/ou das Fiadoras e/ou por quaisquer das respectivas Afiliadas; (c) pedido de falência da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou de quaisquer das respectivas Afiliadas formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Emissora e/ou das Fiadoras e/ou por quaisquer das respectivas Afiliadas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou de quaisquer das respectivas Afiliadas;
- (p) se a Emissora vender, ceder, locar ou de qualquer forma alienar a totalidade ou parte relevante de seus ativos, de forma que afete substancialmente e de forma adversa, a critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não;
- (q) se a Fiança não for efetivamente registrada pela Emissora, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se ela, por qualquer fato atinente ao seu objeto tornar inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura ou na hipótese das Fiadoras ou da Emissora questionarem judicialmente qualquer de seus termos;
- (r) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que acarrete indisponibilidade ou que resulte na perda da propriedade ou posse direta, pela Emissora, de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete



JUCEB

substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas às Debêntures;

- (s) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações, alvarás e licenças relevantes da Emissora, inclusive ambientais, necessárias para o exercício de suas atividades principais, ou seja, que causem a interrupção total das operações da Emissora, em conformidade com a legislação aplicável, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove ao Agente Fiduciário a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença, alvará ou autorização;
- (t) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada);
- (u) rebaixamento, por qualquer motivo, da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída à Emissão em 01 (um) nível (*notche*);
- (v) não constituição das Garantias ou obtenção de seus respectivos registros, conforme o disposto no item 2.5 desta Escritura;
- (w) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão, estritamente nos termos no item 3.7 acima; e
- (x) venda, oneração ou alteração no contrato de aluguel de qualquer dos imóveis objetos da Alienação Fiduciária.

6.2. A ocorrência e continuação de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (d), (e), (g), (j), (k), (n), (o) (v), ou (w), desta Cláusula VI acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independente de aviso ou notificação à Emissora.

6.3. Na ocorrência de quaisquer dos eventos que não os indicados no item 6.2. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 02 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da

27



JUCEB

primeira convocação, ou no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável. Na referida Assembleia Geral de Debenturistas, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula IX desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.4. Na hipótese: (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.3. acima por falta de *quorum*; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 6.3. acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora e/ou as Fiadoras obrigam-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 1 (um) Dia Útil contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, com cópia às Fiadoras, por meio de carta protocolizada no endereço constante do item 11.1 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

7.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento do exercício social, declaração firmada por representantes legais da Companhia, na forma de seu estatuto social, atestando (i) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (ii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Companhia e/ou das Fiadoras perante os Debenturistas

JUCEB



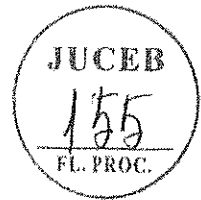
- (iii) que os bens e ativos da Companhia foram mantidos devidamente assegurados; e (iv) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Companhia;
- (b) em até 120 (cento e vinte dias) dias do encerramento do primeiro semestre de cada ano, sendo a primeiro referente a junho de 2015, suas demonstrações financeiras semestrais auditadas;
- (c) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado das Fiadoras;
- (d) os Avisos aos Debenturistas e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas, em até 05 (cinco) Dias Úteis da data em que forem divulgados ao mercado;
- (e) cópia de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado desfavorável à Emissora que, individualmente, envolva valor equivalente a, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para a Emissora ou R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para as Fiadoras, em até 30 (trinta) dias corridos da publicação de tal decisão ou sentença judicial;
- (f) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e/ou de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado ou em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas, até o Dia Útil subsequente à sua verificação; e
- (g) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), exceto se outro prazo for necessário em virtude de lei, regulamento ou decisão judicial ou arbitral.

7.1.2. Preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras emitidas pela CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476.

7.1.3. Atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

29

JUCEB



- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados no item "(c)" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

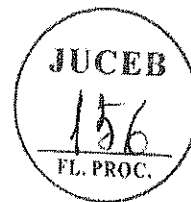
7.1.4. Enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea "(c)" do subitem 7.1.4. acima; (b) documentos e informações exigidas pela CETIP no prazo assim estabelecido pela CETIP; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009 e demais normativos aplicáveis à Emissora e à Emissão.

7.1.5. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

7.1.6. Convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário devendo fazer, não o faça.

7.1.7. Cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas pela CVM ou pela CETIP, conforme aplicável.

h 10/11/09 30



JUCEB

7.1.8. Manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço ou atender a tais solicitações por quaisquer outros meios que possua para tanto.

7.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

7.1.10. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora.

7.1.11. Efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP.

7.1.12. Arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos, os atos societários da Emissora e o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Liquidante, assessores legais e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

7.1.13. Efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora.

7.1.14. Cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial.

7.1.15. Manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável.

7.1.16. Contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário.

JUCEB



7.1.17. Manter lista disponibilizada pelo Coordenador Líder contendo as seguintes informações de potenciais investidores: (i) o nome das pessoas procuradas; (ii) o número do CPF ou CNPJ; (iii) a data em que foram procuradas; e (iv) a sua decisão em relação à Oferta.

7.1.18. Manter, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da presente data, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações podem ser mantidos em meios físicos ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas.

7.1.19. Manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura e das Garantias e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas.

7.1.20. Cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial.

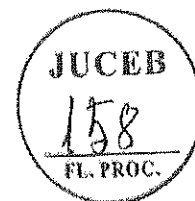
7.1.21. Manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto (i) se comprovado pela Emissora que foi realizado o respectivo pedido de renovação nos prazos legais, sem que tenha ocorrido decisão contrária do órgão competente; ou (ii) se judicialmente suspensa a sua exigibilidade e enquanto tal decisão surtir efeito;

7.1.22. Informar ao Agente Fiduciário todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM 28, bem como seu organograma societário, conforme solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

7.1.23. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente da CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

32

JUCEB



7.1.24. A Emissora se obriga a manter contratada, às suas expensas, a *Liberum Ratings*, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda: (a) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures anualmente, a partir da data de emissão do primeiro relatório, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento; e (d) comunicar, na mesma data, ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, ou ainda, a Emissora deseje realizar sua alteração, a Emissora deverá contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a *Standard & Poor's*, ou a *Fitch Ratings*.

7.1.25. A Emissora deverá comunicar até o Dia Útil subsequente, ao Agente Fiduciário, a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações principais e acessórias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura.

7.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, as Fiadoras obrigam-se, ainda, a:

7.2.1. Cumprirem integralmente as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que se refere à Fiança prevista nesta Escritura.

7.2.2. Comunicarem ao Agente Fiduciário, antes de sua deliberação, conforme aplicável, qualquer proposta de pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação e/ou de insolvência.

7.2.4. Manterem sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura e das Garantias e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas.

7.2.5. Cumprirem as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial.

33



JUCEB

7.2.6. Manterem sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto (i) se comprovado pela Emissora que foi realizado o respectivo pedido de renovação nos prazos legais, sem que tenha ocorrido decisão contrária do órgão competente; ou (ii) se judicialmente suspensa a sua exigibilidade e enquanto tal decisão surtir efeito.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora ou se encontrar em situação de conflito de interesse que o impeça de exercer suas funções;

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and a signature with the number 34 on the right.



JUCEB

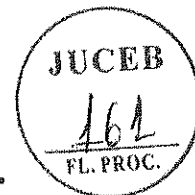
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários para tanto;
- (f) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (j) a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora e pelas Fiadoras, se deu através das informações fornecidas pela Emissora e pelas Fiadoras, conforme o caso, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- (k) o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em emissões do grupo societário da Emissora, conforme organograma enviado por esta última.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório

35

JUCEB



enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.6. abaixo.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora para que esta comunique aos Debenturistas, através de edital de convocação, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983 e eventuais normas posteriores.

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEB e nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos.

8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

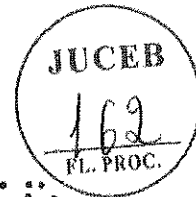
8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá proporcionalmente a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.



8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, a circular stamp in the center, and several initials on the right. The number 36 is written near the bottom right.



JUCEB

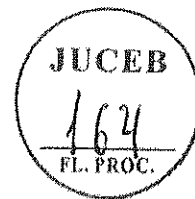
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora e/ou as Fiadoras não o façam, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme o caso, para que estas lhe forneçam as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e/ou das Fiadoras; 
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora e/ou nas Fiadoras, conforme o caso, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria; 



JUCEB

- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.11., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 1.5) resgate, amortização, e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - 1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - 1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - 1.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - 1.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - 1.10) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias; e



JUCEB

1.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora em que tenha atuado com agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

- i. denominação da companhia ofertante;
 - ii. valor da emissão;
 - iii. quantidade de debêntures emitidas;
 - iv. espécie;
 - v. prazo de vencimento das debêntures;
 - vi. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - vii. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado; e
 - m.3) no endereço das instituições financeiras que atuaram como Coordenadores na colocação das Debêntures.
- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.11. e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m";
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e à CETIP;



JUCEB

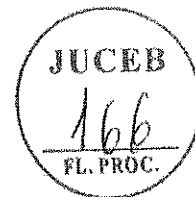
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP;
- (r) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- (s) disponibilizar o valor unitário das Debêntures calculado pela Emissora aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou se seu *website*.

8.4.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.4.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.4.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

40



JUCEB

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora e/ou das Fiadoras; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou das Fiadoras.

8.5.2. Observado o disposto no item 6.2., o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "(a)" "(b)" e "(c)" do item 8.5.1., quando convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "(d)" do item 8.5.1.

8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devida, pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

8.6.1.1. Parcelas anuais de R\$9.000,00 (nove mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida em 5 (cinco) Dias Úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

8.6.1.2. O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente



JUCEB

Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, excetuando-se o Imposto de Renda, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

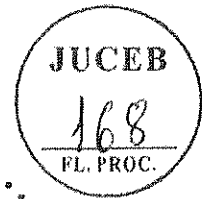
8.6.1.3. As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

8.6.2. As remunerações não incluem, igualmente, as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação e desde que devidamente comprovadas, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes originais. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, desde que previamente aprovadas pela mesma e devidamente comprovadas, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes originais, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias que possam vir a ser concedidas para a Emissão, bem como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme o caso. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas, mediante a apresentação de cópia dos respectivos comprovantes originais.

8.6.3 Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário facultarão ao mesmo a revisão dos honorários propostos.

8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes originais de despesas.



JUCEB

8.7.2. O ressarcimento a que se refere este item 8.7 será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes originais. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive, de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.4. As despesas a que se refere este item 8.7. compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos, despesas cartorárias e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (e) fotocópias, digitalizações, envio de documentos; e
- (f) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão.



JUCEB

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1. Convocação

9.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definidas no item 9.2.2 abaixo, ou pela CVM.

9.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 08 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 05 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.1.3.1 Independentemente das formalidades previstas nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos os Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação, conforme definidas no item 9.2.2 abaixo.

9.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorum* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.



JUCEB

9.2. Quórum de Instalação

9.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definidas no item 9.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorum* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas. Para efeitos de *quorum* de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.3. Mesa Diretora e Presença dos Representantes da Emissora e do Agente Fiduciário

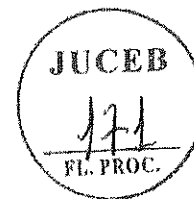
9.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.3.2. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e das Fiadoras nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.3.3. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.4. Quórum de Deliberação

9.4.1 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, incluindo os Eventos de Vencimento Antecipado e eventuais renúncias ou perdão temporário, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração e/ou Prazos de Vencimento ou Amortização das Debêntures e/ou dispositivos sobre *quorum* e espécie das Debêntures, previstos nesta Escritura, bem como das Garantias, deverão



171

contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

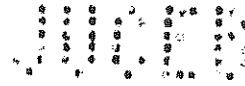
9.4.2 As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.4.3. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas em que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato instrumento, ou decisão judicial ou administrativa, ainda que recorrível, do qual a Emissora, as Fiadoras, a Columbia Cefinor e/ou quaisquer Afiliadas sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos, instrumentos, ou decisões judiciais ou administrativas; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, ou (iv) descumprimento de qualquer lei, decreto, regulamento ou decisão judicial ou administrativa, ainda que recorrível, a que a Emissora, as Fiadoras, a Columbia Cefinor e/ou quaisquer Afiliadas ou quaisquer de seus bens ou propriedades sejam sujeitos;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;



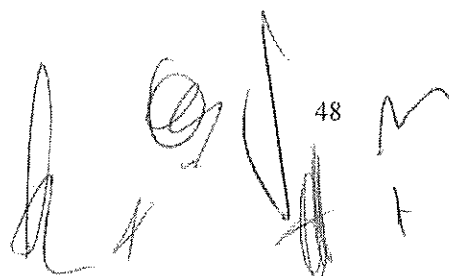
- 47

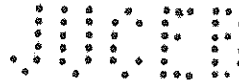
JUCEB

competentes a presente Escritura; (iii) pelo registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel no Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia; (iv) pelo registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Simões Filho, Estado da Bahia e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (v) pelo registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21, as quais estarão em pleno vigor e efeito em na data de liquidação;

- (l) os balanços patrimoniais da Emissora auditados e datados de 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, bem como as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora referentes aos exercícios e trimestres à época encerrados, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (m) a Emissora está em cumprimento com as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (n) a Emissora mantém válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto (i) aquelas cujo pedido de renovação tenha sido realizado nos prazos legais, sem que tenha ocorrido decisão contrária do órgão competente; ou (ii) aquelas com sua exigibilidade judicialmente suspensa;
- (o) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

48





- (p) não omitiu, ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (q) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por quaisquer de suas controladas, ou, ainda, impostas a elas ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante;
- (r) a Emissora possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por ela detido, os quais estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, exceto quando não possa resultar em impacto adverso relevante;
- (s) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (t) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são corretos, suficientes, completos e verdadeiros e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (u) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e, até a presente data, não ocorreu qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (v) até a presente data, inexistiu violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável;
- (w) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das



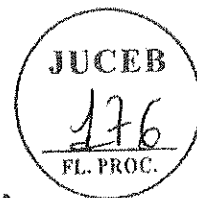
JUCEB

Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé; e

(x) não é necessária qualquer autorização regulatória para a realização da Emissão.

10.2. As Fiadoras declaram e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, assim como a Emissão e as Garantias, conforme aplicável, não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual as Fiadoras sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a.1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (a.2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitas, ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete as Fiadoras ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (b) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa impedir a outorga da Fiança ou vir a causar impacto adverso relevante na situação econômico-financeira das Fiadoras, ou que possa afetar a capacidade das Fiadoras de cumprirem com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (c) tem plena ciência e concordam integralmente com as formas de cálculo da Remuneração, do Resgate Antecipado Facultativo Total e da Amortização Extraordinária Parcial, do saldo devedor das Debêntures e dos Encargos Moratórios;
- (d) cumprem todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (e) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculante e exigível das Fiadoras, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (f) nenhum consentimento, autorização ou aprovação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pelas Fiadoras, de suas obrigações nos termos desta Escritura, ressalvado o disposto na Cláusula II;



JUCEB

- (g) não omitiram fato, de qualquer natureza, que seja de seus conhecimentos e que possa resultar em alteração adversa relevante em sua situação econômico-financeira; e
- (h) as suas situações econômico-financeira não apresentam, nesta data, qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa as suas solvências.

10.3. A Emissora e as Fiadoras compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Columbia do Nordeste S.A.

ACS B, nº 552, Quadra 3, Lotes de 01 a 11, CIA/SUL

CEP 43.700-000, Simões Filho - BA

At.: Sr. Renival Marcal de Oliveira

Tel.: (71) 2106-7203

E-mail: financeiro.ssa@columbia.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca

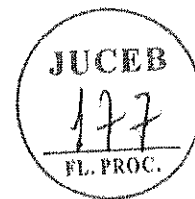
CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br



JUCEB

Para as Fiadoras:

Ability Progresso e Columbia Patrimonial e Participações Ltda.

ACS B, nº 552, Quadra 3, Lotes de 01 a 11, CIA/SUL

At.: Sr. Renival Marcal de Oliveira

Tel.: (71) 2106-7203

E-mail: financeiro.ssa@columbia.com.br

Columbia S.A.

Rua Pasadena, nº 104, Condomínio San José

CEP 06715-864, São Paulo - SP

At.: Sr. Alessandro Romano

Tel.: (11) 98280-3712

E-mail: aromano@columbia.com.br

Cia Progresso e União Fabril da Bahia

Avenida Estados Unidos, nº 376, sl. 601 - Edifício União

CEP 40.010-020, Salvador - BA

At.: Sr. Paulo Catharino Gordilho

Tel.: (71) 2101-3533

E-mail: pcgordilho@ciaprogresso.com.br

Ability Serviços de Comércio Exterior Ltda.

Rua Pedro Rodrigues Bandeira, nº 143, Edifício das Seguradoras, 1º andar, Bairro Comércio

CEP 40.015-080, Salvador - BA

At.: Sr. José Basso Madeira

Tel.: (71) 2104-0401

E-mail: madeira@abilitycom.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

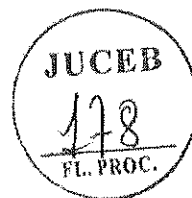
Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900, Osasco, SP

At.: João Batista de Souza / Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fac-símile: (11) 3684-5645



JUCEB

Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Site: www.cetip.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.2. Renúncia

11.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nos termos desta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Custos de Registro

11.3.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.4. Condições Gerais

11.4.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



JUCEB

11.4.2. As obrigações assumidas nesta Escritura têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

11.4.3. Qualquer alteração a esta Escritura somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

11.4.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

11.4.5. As partes reconhecem esta Escritura e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

11.4.6. Para os fins desta Escritura, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461 A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura.

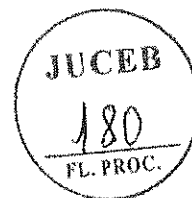
11.4.7. Para todos os fins desta Escritura, define-se "Dia Útil" como sendo qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

11.4.8. Exceto se de outra forma aqui estabelecido, os prazos referidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento.

11.4.9. Correrão por conta da Emissora, exclusivamente, todos os custos incorridos com a presente Emissão e com o registro das garantias das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a, custos com publicações, registros, arquivamentos, remuneração do Agente Fiduciário e despesas deste no exercício das funções para as quais foi contratado, bem como a remuneração dos demais prestadores de serviços relativos às Debêntures.

54

JUCEB



11.5. Obrigações Adicionais das Partes

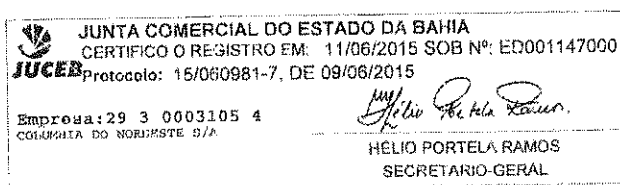
11.5.1. A Emissora, as Fiadoras e o Agente Fiduciário obrigam-se a cumprir, ou fazer cumprir, por si, suas afiliadas ou eventuais subcontratados, no caso do Agente Fiduciário, que esteja agindo por sua conta, na qualidade de representantes dos Debenturistas, as normas que lhe forem aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem o integral cumprimento de tais normas; (ii) das conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais que venham a se relacionar com a outra parte, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, da outra parte; (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas e que se relacione ao objeto desta Escritura, a parte deve comunicar, prontamente, à outra parte, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias, obrigando-se as partes, ainda, a não divulgar a qualquer terceiro, em nenhuma hipótese, a comunicação realizada uma à outra; e (v) realizar eventuais pagamentos relacionados a esta Escritura por meio de transferência bancária ou cheque.

11.6. Foro

11.6.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 09 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Salvador, 28 de maio de 2015.



55




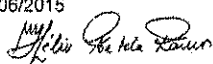
JUCEB

(Página de Assinatura 1/6 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Columbia do Nordeste S.A.)

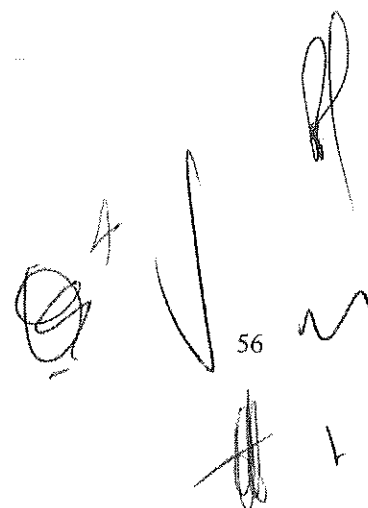
COLUMBIA DO NORDESTE S.A.

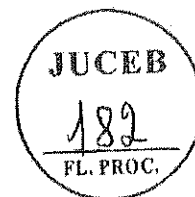
Nome: Nivaldo Tuba
Cargo: CPF 988.257.478-53

Nome: Renival Marçal de Oliveira
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro
CPF 744.035.245-91

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/06/2015 SOB Nº: ED001147000 Protocolo: 15/060981-7, DE 09/06/2015
Empresa: 29 3 0003105 4 COLUMBIA DO NORDESTE S/A.	 HÉLIO PORTELA RAMOS SECRETARIO-GERAL

56





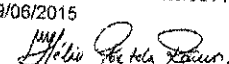


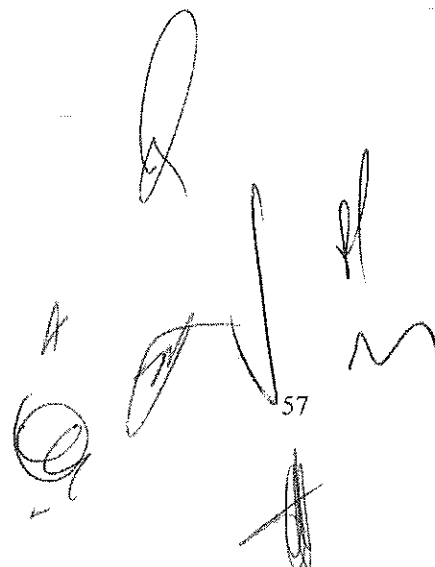
JUCEB

(Página de Assinatura 2/6 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Columbia do Nordeste S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: **Nilismara Oliveira**
Kojo Ferreira
Procuradora

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/06/2015 SOB Nº: ED001147000
	Protocolo: 15/060981-7, DE 09/06/2015
	Empresa: 29 3 0003105 4
	COLUMBIA DO NORDESTE S/A
	 HÉLIO PORTELA RAMOS SECRETARIO-GERAL

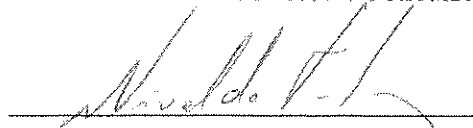

57

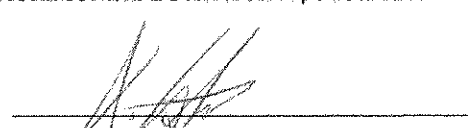


JUCEB


(Página de Assinatura 3/6 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Columbia do Nordeste S.A.)

ABILITY PROGRESSO E COLUMBIA PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA

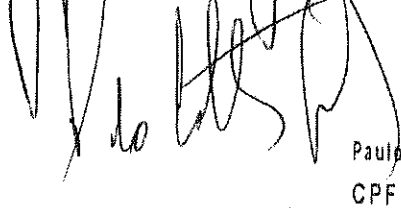

Nome: Nivaldo Tuba
Cargo: CPF 988.257.478-53




Nome: Xavier Richard Marie Esteve
Cargo: CPF 236.252.898-73


Augusto Sérgio de Oliveira Barbosa
CPF 164.746.515-04


José Basso Madeira
CPF 203.197.628-15


Luiz Martins Catharino Gordilho Filho
CPF 042.517.095-00


Paulo Catharino Gordilho
CPF 142.303.725-15

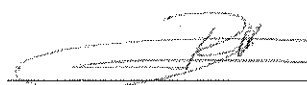
	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/06/2015 SOB Nº: ED001147000 Protocolo: 15/060981-7, DE 09/06/2015
Empresa: 29 3 0003105 4 COLUMBIA DO NORDESTE S/A.	 HÉLIO PORTELA RAMOS SECRETARIO-GERAL

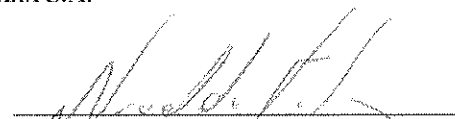




JUCEB

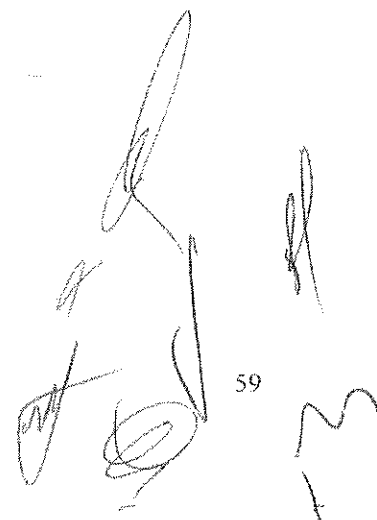
(Página de Assinatura 4/6 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Columbia do Nordeste S.A.)

COLUMBIA S.A.


Nome: Rodrigo Otlobrini Sucena Rasga
Cargo: CPF 033.200.698-02


Nome: Nivaldo Tuba
Cargo: CPF 988.257.478-53

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/06/2015 SOB Nº: ED001147000
Protocolo: 15/060981-7, DE 09/06/2015	
Empresa: 29 3 0003105 4	
COLUMBIA DO NORDESTE S/A	
	
HÉLIO PORTELA RAMOS	
SECRETARIO-GERAL	

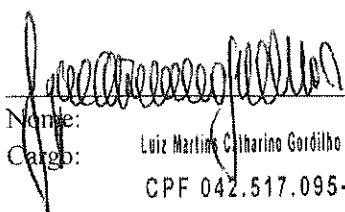


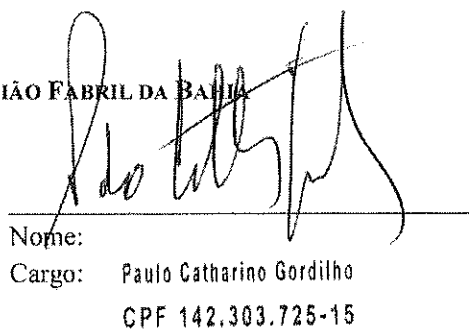



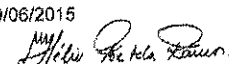
JUCEB

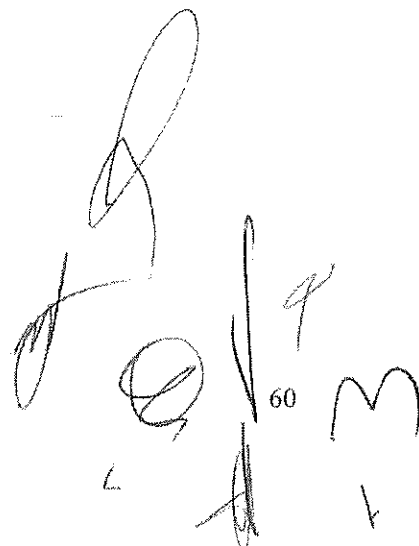
(Página de Assinatura 5/6 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Columbia do Nordeste S.A.)

CIA PROGRESSO E UNIÃO FABRIL DA BAHIA


Nome: Luiz Martins Catharino Gordilho Filho
Cargo: CPF 042.517.095-00


Nome: Paulo Catharino Gordilho
Cargo: CPF 142.303.725-15

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/06/2015 SOB Nº: ED001147000
JUCEB	Protocolo: 15/060981-7, DE 09/06/2015
Empresa: 29 3 0003105 4	
COLUMBIA DO NORDESTE S/A	HÉLIO PORTELA RAMOS
	SECRETARIO-GERAL

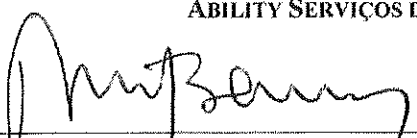

60


JUCEB



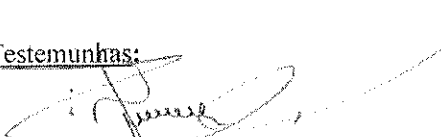
(Página de Assinatura 6/6 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Columbia do Nordeste S.A.)


ABILITY SERVIÇOS DE COMÉRCIO EXTERIOR LTDA.


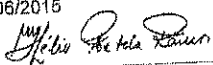

 Nome: Augusto Sérgio de Oliveira Barbosa
 Cargo: CPF 164.746.515-04

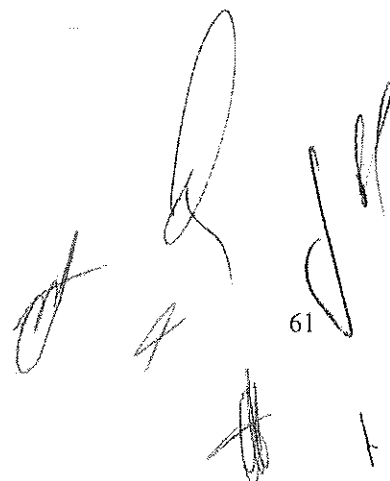

 Nome: José Basso Madeira
 Cargo: CPF 203.197.628-15

Testemunhas:


 Nome: ROBERTO DE OLIVEIRA SOUZA
 Cargo: AUX. ADM.


 Nome: ELIZA LOBO BANNETT LEIROS
 Cargo: Contábil

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/06/2015 SOB Nº: ED001147000
 Protocolo: 15/060981-7, DE 09/06/2015
 Empresa: 29 3 0003105 4
 COLUMBIA DO NORDESTE S/A

 HÉLIO PORTELA RAMOS
 SECRETARIO-GERAL


 61